



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.
Em 02/06/16
Chagas
Conceição de Maria Lage Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado EDSON FERNANDES
para relatar.
Em 06/06/16
[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
DEPUTADO EDSON FERREIRA



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER Nº

**DO PROJETO DE LEI Nº 62, DE 31 DE MAIO
DE 2016, QUE:**

**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 6.488, DE 27
DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE
A RESERVA DE VAGAS GRATUITAS PARA OS
IDOSOS NO SISTEMA DE TRANSPORTE
INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS DO
ESTADO DO PIAUÍ.**

RELATOR: DEP. EDSON FERREIRA

1. RELATÓRIO

Cuida-se de proposição que tem como objeto alterar a Lei estadual nº 6.488/2014 que versa sobre a reserva de vagas gratuitas para os idosos no sistema de transporte intermunicipal de passageiros do Estado do Piauí e dá outras providências.

A proposição em exame foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e em seguida foi designado este relator para emitir parecer atinente a seus aspectos constitucionais e legais.

O autor justificou, em síntese, a necessidade do aperfeiçoamento dessa norma estadual para sua adequação em relação a fonte do custeio estabelecida na Lei 6.488/2014, o Fundo Estadual do Idoso.

Esse é o relatório.

2. VOTO DO RELATOR

Feitas essas considerações, passo a emitir parecer conforme determinado pelos arts. 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno.

No caso presente, constata-se flagrante a usurpação de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo estadual, na forma do art. 75, III, alínea 'b', da Constituição Estadual.

Ademais, o entendimento é que por simetria esse PL violou também o art. 61, § 1º, II, 'b', da CF/88.

Isso ocorre ao estabelecer hipótese de isenção de tarifa, o texto legal está a disciplinar e impor normatização referente ao serviço público de transporte coletivo estadual, matéria atinente à organização administrativa, da qual compete privativamente ao Executivo Estadual dispor.

Vejamos julgados nesse sentido:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL. TRANSPORTE COLETIVO URBANO. PASSE LIVRE. INICIATIVA LEGISLATIVA. VÍCIO FORMAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei municipal que instituiu o "passe livre" no transporte coletivo urbano no município de Alvorada. Competência de iniciativa legislativa reservada ao chefe do Poder Executivo Municipal. Princípio da simetria e separação dos Poderes. Violação do art. 61, § 1º, II "b", da Constituição Federal. Vício formal de iniciativa. Inconstitucionalidade reconhecida. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE, POR MAIORIA. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70034881466, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Rafael dos Santos Júnior, Julgado em 16/08/2010)

Diante disso, apresento emenda transformando o presente projeto de lei em INDICATIVO DE PROJETO DE LEI, nos termos do art. 114 do Regimento Interno.



Sendo assim, verificado os aspectos constitucionais, legais e da boa técnica legislativa, manifesto-me pela aprovação da proposição como **INDICATIVO DE PROJETO DE LEI**.

É o parecer.

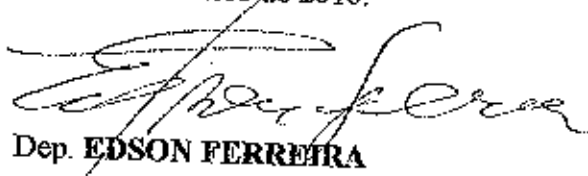
3. PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

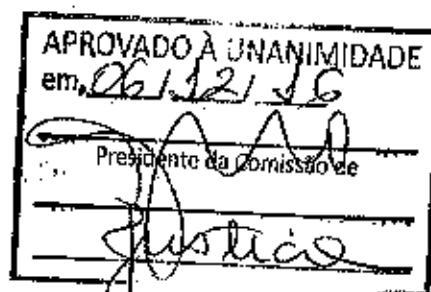
Pela aprovação com emenda - Indicativo de PL ()

Pela rejeição ()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 21 de novembro de 2016.


Dep. **EDSON FERREIRA**

Relator



*transferido
mandado
em Indici-
catório*

MD. 1.1.1.1